

“Juiz tem o dever de dar informações sobre o Judiciário”

"Eu defendo a liberdade de imprensa absoluta e, quando se trata de acesso à informação, o juiz tem o dever de dar informações sobre o Judiciário. Assim, teremos o reconhecimento verdadeiro do trabalho do juiz e não apenas do nome do juiz." A afirmação é do juiz federal Marcos Cesar Romeira Moraes, da 2ª Vara Federal Cível de Maringá (PR), se posicionou durante o painel “O espaço privado e o espaço público — relações com a imprensa”.

O evento aconteceu na quinta-feira (8/11) na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, e contou com a participação do promotor de Justiça aposentado, professor de Direito Penal e jornalista Cláudio Brito, além da mediação do juiz federal da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, Nivaldo Brunoni.

O painel faz parte da programação do curso “Magistratura e Cidadania. Fatores psicológicos na prática jurisdicional. Programa de Vitaliciamento”, promovido pela Corregedoria e pela Escola da Magistratura do tribunal. O programa reúne uma turma de juízes federais substitutos em processo de vitaliciamento para debater como a questão psicológica influencia em suas carreiras.

O objetivo do painel foi tirar as dúvidas dos juízes sobre como lidar com a imprensa. Para o juiz Romeira Moraes, “temos que considerar a liberdade de imprensa como um instrumento de legitimação do nosso trabalho”. Ele ponderou que a formação do jornalista é genérica e o Judiciário deve confiar no trabalho da imprensa. Também lembrou de sua principal experiência em relação aos veículos de comunicação: a cobertura da “Operação Hidra”, em Maringá, que em 2005 desmantelou uma operação criminosa de contrabando e descaminho. “Foram 85 mandados de prisão emitidos. Naquele momento, estávamos sob pressão, lidando com a imprensa, tanto local como nacional”, recordou.

Diferenças de estilos

Já Cláudio Brito ressaltou que os problemas de relacionamento entre as instituições e os veículos da imprensa decorre de diferenças. “A relação é complicada entre a imprensa e a Justiça, mas isso não tem a ver com má vontade, e sim com as diferenças de linguagem, ritmo e estilos de vida de cada profissão”, ponderou.

Brito defende que, no mundo contemporâneo, o juiz tem que se adaptar às mudanças. “Quem detém o poder de falar pelo Judiciário tem que saber que convive na sociedade ‘big brother’, das novidades, das redes sociais”. Para concluir, ele destacou que “os juízes não podem ter receio, têm que falar de maneira ‘editada’, passando aquilo que é fundamental e que as pessoas entendem”. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

Date Created

09/11/2012